

O retorno do pai na democracia: a psicanálise como forma de pensar a dimensão psíquica da política

Cassiano Carlos Antônio de Oliveira¹

Resumo: Neste artigo vamos investigar como o assassinato do Pai da horda primeva possibilita a nova ordem social instaurada pelos irmãos, tendo como pilares a proibição do assassinato e do incesto. Este Pai morto ainda paira nos meandros do inconsciente sob uma dupla fantasia. De um lado, há o medo de que os poderes onipotentes deste Pai assassinado sejam reinvestidos em uma outra figura ou forma de organização totalitária do Estado. Por outro lado, há a fantasia de investimento dos poderes deste Pai primevo na figura de um político, ou candidato, sob a garantia de que agora o Estado irá coibir qualquer tentativa de despotismo por meio dos seus aparatos regulamentadores. Analisaremos também como psicanálise e política pensam a estrutura do convívio social através da introjeção da culpa. Mostraremos, ainda, como o estado faz uso da agressividade, e se esta é uma atitude “política” no sentido lícito do termo.

Palavras chave: Democracia. Estado. Pai primevo. Política. Psicanálise.

1 Introdução

Desde quando Freud (1856-1939) escreveu seus textos *Totem e tabu* (1913/1996a) e *Mal-estar na civilização* (1931/1996d), a psicanálise evoluiu

¹ Graduado em Psicologia. Pós-graduando em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduando em Psicologia Clínica-Psicanálise pela Universidade de Araraquara.

bastante em relação ao debate político que o horizonte de cada época suscita. Pensar a dimensão psíquica envolvida na política, para além de uma investigação rigorosa da forma como os processos psíquicos moldam a nossa concepção de sociedade, nos possibilita pensar a forma como a dinâmica do funcionamento mental proposta pelo pai da psicanálise abre perspectivas para a investigação das formas de organização política que regem o Estado.

Neste artigo, vamos analisar como o assassinato do Pai da horda, ou Pai primevo, funda a possibilidade de uma vida em sociedade através da interdição do incesto e a proibição do assassinato. Para além disso, vamos perquirir sobre como o modelo totêmico estudado por Freud (1913/1996a) é passível de reger uma investigação acerca dos resquícios dessa organização social a partir de uma leitura da dimensão psíquica da mesma sobre o nosso modelo de democracia.

Intencionamos mostrar que o Estado passa a vigorar como a “tutela simbólica dos homens”, nascendo do compromisso sob a ordem totêmica. Embasados no mito da horda primeva, que Freud (1913/1996a) discorre baseado nas teorias darwinianas, desenvolveremos a discussão sobre o Pai da horda primeva e as fantasias de proteção, liberdade e alteridade projetadas na organização social, esta representada hoje pela democracia. Uma equivalência entre a figura do presidente e do Estado será destacada, afim de demonstrar como esses dois elementos ainda mantêm as suas respectivas relações com o Pai primevo. Até que ponto a “tutela simbólica dos homens” operada pelo Estado não nos remete a uma proteção contra o reinvestimento dos poderes do Pai assassinado? E, ainda, até que ponto a figura do presidente como “materialização do Estado” serve para projetar essas fantasias de proteção, liberdade e alteridade num novo reinvestimento dessa figura, que agora operaria sob o jugo do Estado?

Na esteira das possibilidades de se pensar a dimensão psíquica envolvida na política, é mister analisar também como a violência, tão natural à espécie humana, acaba por encontrar novas vias para o seu manejo dentro da organização social do Estado democrático. Nesse sentido, vamos examinar também como a violência liberada pelo Estado em situações pontuais de conflito, como a guerra, inverte sua dinâmica ao lidar com a agressividade, passando a legitimá-la através de um afrouxamento dos laços morais que antes uniam os pares em sociedade. Para exemplificar essa reflexão, analisaremos a intervenção militar federal na cidade do Rio de Janeiro, autorizada pelo governo brasileiro em fevereiro de 2018. Nesse exemplo, apontaremos como as falhas em gerir as questões da segurança pública direcionaram as decisões para uma intervenção militar, que pode ser pensada como uma forma de violência mais estruturada de ação do estado em uma

questão pontual, na qual os aparatos públicos de menos intensidade agressiva acabaram por não alcançar o intento almejado.

Para chegarmos à proposta deste artigo, estabelecemos interlocuções com autores de outra área do conhecimento, que muito contribuí à psicanálise, a filosofia. Desse modo, com base nos estudos da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), discutiremos sobre como a relação entre política e liberdade é de extrema importância. O filósofo argentino Léon Rozitchner contribuirá a este artigo por meio de sua pertinente análise da conjuntura política contemporânea. O filósofo francês Alain Badiou nos guiará na discussão de como a política é uma importante ferramenta de compreensão da dinâmica psíquica dos sujeitos que compõem o Estado. Outra valiosa interlocução será com o filósofo esloveno Slavoj Žižek, para pensarmos a ideologia que coloca o sujeito em uma posição de fantasia em relação ao pensamento político. E, por último, o filósofo italiano Giorgio Agamben será caro na discussão do uso da violência pelo Estado com o seu conceito de estado de exceção.

2 O assassinato do Pai da horda primeva e a formação do estado

É possível pensar a dimensão psíquica da política através da psicanálise? Etimologicamente, a palavra “política” vem do grego *pólis*, que diz respeito a pensar as coisas referentes à vida em sociedade. Na teoria freudiana, o termo *política* aparece de uma maneira mais geral quando o médico neurologista resolve investigar o mal-estar inerente à vida em comunidade. Quando Freud (1913/1996a) recorre ao mito da horda primeva, baseado nas conjecturas darwinianas do início da vida coletiva, abre-se uma possibilidade para pensar na dimensão psíquica presente na fundação do Estado. Esse Estado, para fins de escrita deste artigo, está baseado na democracia. Sobre o mito da horda primeva:

Em “Totem e tabu” (Freud, 1913/1996) os irmãos se organizam para buscar a liberdade necessária à fundação de uma cultura. O Pai Primevo não oferece a liberdade, condição primeira de uma organização política que garante o convívio entre os diferentes. O alvo primordial do ato fundador da cultura é a obstacularização da onipotência característica daquele que antes ocupava o lugar de chefe. Não podemos nomear os domínios de Pai Primevo de político, pois esse domínio não se baseia na pluralidade dos homens. Pelo contrário, o domínio do Pai Primevo nega, recusa a pluralidade dos homens em prol da unidade onipotente de si. (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 399)

Essa reflexão antropológica de Freud (1913/1996a) nos mostra como uma nova configuração da vida coletiva foi instaurada após o assassinato do Pai da

horda primeva, instituindo a convivência entre a pluralidade dos irmãos. A onipotência do Pai da horda, agora assassinado, convoca os irmãos a instituírem essa nova configuração da vida coletiva, pautados na culpa e na interceptação de qualquer tentativa futura de que o assassinato ocorra novamente, e proíbem também o incesto, fundando, assim, uma espécie de acordo entre os irmãos. Esse acordo baseado na interdição do assassinato e do incesto é o primeiro ato político, pois, diante da onipotência do Pai da horda, não havia nenhuma possibilidade de acordo. O Pai, como mandatário, detinha o poder sobre todas as fêmeas do grupo e reinava absoluto dentro dos domínios da força da sua autoridade.

Esse ato primordial de inauguração da cultura, pauta-se sobretudo na equivalência dos direitos que agora os irmãos poderiam gozar e que lhes eram barrados pela onipotência do Pai da horda. Nesse sentido, esse primeiro ato político, baseado nas teorias darwinianas, incute nos irmãos, para além dos benefícios de gozarem dos direitos acima referidos, uma culpa baseada no assassinato do Pai. Essa culpa é a pedra basilar para as reflexões do nosso próprio modelo cultural e político, no qual os instintos agressivos ainda presentes devem encontrar uma nova forma de ajustamento. A nossa entrada na cultura, ou no ato político que a funda, é também o predecessor das neuroses.

Os impulsos aos quais nos referimos no parágrafo anterior, e que ainda estão presentes no homem que vive no Estado democrático, ratificam a liberdade da dominação despótica, e agora estão introjetados sob o registro da culpa. Não é pela via da consciência que os homens dividem a parcela dessa culpa, mas através da regulação da lei do Outro. Dessa maneira, é importante destacar que:

A subjetividade fica determinada e organizada por uma forma infantil que tem características muito importantes e particulares porque a solução a que a criança chegou é o resultado de um processo infantil, mas também individual e imaginário. E sem dúvida isso vai aparecer organizando esta estrutura pessoal que terá vigência no campo real, coletivo e adulto. (Rozitchner, 1989, p. 35)

Nessa perspectiva, é importante salientar que essa saída infantil a qual se refere Rozitchner (1989) é o ponto sobre o qual as instituições (principalmente as do Estado) encontram sua sustentação na estruturação da subjetividade dos sujeitos. Para além de uma relação biunívoca entre sujeito e instituição pautada no fator de uma dominação, a reflexão de Rozitchner (1989) nos convida a pensar na formação ideológica presente na fundação dessas instituições. O pano de fundo dessas organizações são o seu caráter político de benefício associativo em prol de ideais de igualdade e proteção entre seus membros.

O Estado entra como o regulador dessas instituições. Ele, como forma de regulação da ordem social, traz consigo a competência de ser uma organização marcadamente responsável pela proteção e pela liberdade dos homens que estão sob a sua égide. Está diretamente associado à criação e à aplicação das leis. O ponto onde repousa o seu trunfo na dimensão psíquica de cada cidadão é estar ancorado nessa inscrição simbólica do homem na cultura. Ou seja, o traço que nos permite assimilar os sentimentos inconscientes de culpa ainda recentes na atemporalidade (do alemão *Zeitlos*) do Inconsciente. Seguindo o intento de investigar a dimensão psíquica presente na política, é prudente pensar que:

As formulações de Freud nos abrem uma nova dimensão social: até que ponto as instituições encontram sua informação e sua inserção na subjetividade iniciante da criança. E será essa matriz incipiente, mas cuja configuração servirá de base a toda estrutura despótica, aquela que no adulto reencontrará, coincidindo com o que lhe é mais próprio, o império da família, a escola, o Estado, a religião. As formas objetivas de dominação encontrarão, assim, sua ratificação subjetiva, acordo inexplicável que constituirá seu sustentáculo aparentemente insuperável, como se a essência mesma do homem solicitasse, desde dentro de si mesmo, o exercício da dominação. (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 402)

Dando sequência ao nosso raciocínio através das simetrias entre a fundação do Estado e a nova organização coletiva pós-assassinato do Pai da horda, nos atentamos ao fato de que esse Pai, assassinado pela ação coletiva dos irmãos, pode ainda, de forma inconsciente, suscitar temores do reinvestimento dos seus poderes através de alguma forma de governo. A democracia, etimologicamente, prescinde das palavras gregas *demos* (povo, distrito) e *kratos* (domínio, poder), o que nos remete ao vocábulo “domínio do povo”. Esse conceito traz em si o sentido de uma organização coletiva entre homens, pautada no poder representativo concedido a alguns eleitos pelo povo através do consenso. Em linhas gerais, a democracia seria a maneira como o Estado se estrutura politicamente para tratar dos assuntos que dizem respeito aos seus cidadãos.

O nosso modelo de democracia representativa, sem entrar nos méritos dos seus ônus e bônus, é um modelo que nos permite fazer uma aproximação insuspeita entre o reinvestimento da onipotência do Pai da horda e a tutela simbólica dos homens por meio da posição do Estado como guardião e mantenedor dos direitos civis desses. Cabe ao Estado, através dos seus poderes (legislativo, judiciário e executivo), intervir em qualquer situação que algo (instituição), ou alguém, esteja exercendo qualquer fator de coerção ou uso indevido dos direitos concedidos ao coletivo.

Pensando o paralelo traçado entre a nova ordem coletiva instituída pelos irmãos no assassinato do Pai da horda e a fundação do Estado, a dimensão psíquica envolvida nos poderes deste último diz respeito à criação de instituições para regulamentar a vida em sociedade. O Estado não funda ou cria qualquer dimensão nova que diga respeito à lei instituída sobre o assassinato ou o incesto, mas toma-a sob sua tutela para parametrizar o convívio de forma a que todos os cidadãos estejam submetidos a ele. O Estado, portanto, não funda a lei, mas a aplica e se mune de todos os aparatos para isso. Ratificamos nosso posicionamento com as palavras de Freud (1915/1996b, p. 289): “O estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la tal como sal e fumo”.

Seguindo a lógica do raciocínio freudiano e o desígnio deste artigo, é justo pensar que de fato o Estado toma para si a responsabilidade política sobre os aspectos da dimensão psíquica que fundam a nossa cultura. A saber, a interdição do assassinato e do incesto. Mas não podemos nos esquecer que o Estado tem papel fundamental na regulação desses aspectos psíquicos que organizam o coletivo social.

3 O estado como tutela simbólica dos homens: as fantasias de proteção, liberdade e alteridade projetadas na organização social democrática

Depois da análise das simetrias entre o assassinato do Pai da horda primeva e a inscrição de uma nova ordem coletiva, passando pela forma com que o Estado regulamenta a dimensão psíquica presente na política, vamos perquirir sobre as fantasias de proteção, liberdade e alteridade que são projetadas na organização social democrática. Como salientado anteriormente, a nova ordem coletiva fundada após o assassinato do Pai primevo traz aos irmãos, através da interdição do assassinato e do incesto, a sensação de proteção.

Dentro da organização social democrática, essa fantasia é projetada sobre a responsabilidade que o Estado tem sobre a segurança pública e outras áreas que podem colocar o cidadão em risco, tais como: previdência, serviços de saúde e demais aparatos governamentais que visem salvaguardar o cidadão de qualquer mazela. A “tutela simbólica dos homens” a qual nos referimos, é a materialização institucional da responsabilidade do Estado na pluralidade do cuidado com os membros que o compõem. Mas, para além dessa incumbência do Estado, há um investimento do sujeito em relação ao governo baseado nas suas fantasias de proteção. Na análise antropológica de Freud em *Totem e tabu* (1913/1996a), vemos claramente essas fantasias de proteção operadas sobre a dimensão psíquica

dos sujeitos através do medo do reinvestimento da onipotência do Pai primevo, caracterizado como o governo totalitário. Nesse sentido, o Estado democrático é a organização do coletivo para evitar qualquer possibilidade de retorno dos poderes do Pai da horda. A validação desse medo se dá pelo registro operado na dimensão psíquica (castração e Édipo) que deixa sua inscrição na organização política entre os homens.

A liberdade é também um ponto nodal para a discussão do Estado como “tutela simbólica dos homens”, já que opera num duplo registro no qual, ao mesmo tempo que o Estado protege a liberdade como um direito universal, ele regulamenta quase todos os aspectos da vida coletiva, deixando a escolha do cidadão no mínimo tolhida aos moldes do que preconizam as leis. A liberdade é valiosa para a clínica psicanalítica no momento em que ela possibilita a ausência de servidão dentro dos contratos sociais, possibilitando um trâmite entre a posição subjetiva e a responsabilidade nos laços sociais. Nesse ponto, é prudente pensar que:

Qualquer ação despótica é incompatível com a clínica psicanalítica. A posição subjetiva de responsabilidade é tomada na clínica psicanalítica em sua relação com o sujeito do inconsciente. Essas aproximações indicam que podemos inferir uma relação entre posição subjetiva de responsabilidade, contrato social, laços sociais e sujeito do inconsciente. Acreditamos que a psicanálise não deve situar-se fora do campo do político no qual contrato e laços sociais são estabelecidos. (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 405)

Outro aspecto de conquista com a nova ordem coletiva instaurada após o assassinato do Pai primevo foi a obtenção da alteridade por parte dos irmãos. O domínio do Pai da horda não reconhecia outro poder além do seu. A unanimidade foi desfeita em prol da pluralidade. Essa alteridade foi conseguida através de um ato violento. Hoje, no Estado democrático, a alteridade também é concedida aos cidadãos, ficando sua responsabilidade e regulamentação por conta desse Estado que rege, também, os coletivos organizados que chamaremos de militância. A militância diz respeito à singularidade de determinado grupo ou pessoa que reivindica algo perante o Estado. E, geralmente, esse singular visa ascender a um universal. Como afirma Badiou (2008, p. 41),

o universal é essencialmente inobjetivo. É experimentável apenas na produção, ou na reprodução, de uma trajetória de pensamento, e essa trajetória constitui, ou reconstitui, uma disposição subjetiva. Exemplo-tipo: a universalidade de uma proposição matemática só é experimentável na invenção ou na reprodução efetiva da sua demonstração. A universalidade situada de um enunciado político só é experimentável na prática militante que o efetua.

A alteridade mostra como é possível, dentro da organização social democrática, o pleno exercício do poder equitativo na relação entre sujeito e Estado. Esse sujeito ou organização coletiva que carrega uma verdade dispõe do uso pleno do exercício dos seus direitos como cidadão para inferir diretamente em uma mudança que, geralmente, dá-se através do ato político de buscar o “Universal” através da singularidade. O ato que prescinde essa possibilidade é justamente o ato do assassinato do Pai primevo, tornando possível fugir da dominação de um poder unilateral e iniciar um percurso de acordos na nova ordem coletiva.

No entanto, mesmo esses ideais de proteção, alteridade e liberdade estando sob a égide do Estado e no horizonte subjetivo dos que os compõem, há que se destacar que não existe plenitude no funcionamento da ordem social democrática. Pensar que o Estado opera sempre em prol dos cidadãos é um ideal que também tem seu caráter de fantasia. Um governo composto através de um comum acordo entre indivíduos para um bem comum se coloca como mediador entre uma possibilidade remota de pleno convívio e um trabalho estafante de reconduzir sempre esses ideais por meio de novos planos de governo. Assim,

a ilusão não está do lado do saber, mas já está do lado da própria realidade, daquilo que as pessoas fazem. O que elas não sabem é que sua própria realidade social, sua atividade, é guiada por uma ilusão, uma inversão fetichista. O que desconsideram, o que desconhecem, não é a realidade, mas a ilusão que estrutura sua realidade, sua atividade social. Elas sabem muito bem como as coisas são, mas continuam agindo como se não soubessem. (Žižek, 1996, p. 316)

A ilusão de que um presidente ou qualquer outra figura de poder possa mudar todo um cenário político pode ser um apontamento de que a democracia guarda fantasias de reinvestimento da onipotência do Pai primevo, sob a visão de que ele agora se coloque a serviço do bem comum cerceado pelas novas regulamentações do Estado democrático. O que se intenta discutir neste artigo não é a figura do presidente ou candidato à presidência enquanto uma forma perigosa de retorno do Pai na democracia. Mas que essa figura do Pai da horda acaba retornando a partir da fantasia coletiva de que a nova ordem social democrática abrandará seu furor de dominação e que a regulamentação do Estado parametrizará o investimento da sua força para o bem comum, para o serviço dos bens. Essa ilusão é similar ao investimento da figura do ditador no totalitarismo. Com isso fica claro que:

... um regime que impeça a articulação de um mundo comum entre os indivíduos, configurador da política e do direito, que pretenda a concentração do poder em uma

só pessoa, está fadado a entrar em crise, pois não há governo que permaneça sem uma base de sustentação. Um governo que pretenda a reificação do povo, por intermédio da adoção de um ideal de uma sociedade unificada, sem conflitos, não passa de uma abstração, de um mito cujo destino está condenado ao fracasso, pois o consenso que o sustenta é frágil e artificial. (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 409)

Essa representação dupla do Pai primevo, que ora busca ser evitada, ora busca uma possibilidade de retorno através da fantasia coletiva na figura de um político ou forma de governo, nos deixa na iminência de questionar: qual a relação entre política, psicanálise e o serviço dos bens ou bem comum almejado pelo Estado? Segundo Lacan (1959/1960-1988), a psicanálise trabalha a serviço de uma ética que escapa a qualquer serviço dos bens ou bem comum. E a política, para além de ser avessa à ética, opera sempre no horizonte do bem comum. Mas, para o psicanalista parisiense, ambas abrem um espaço que possibilita um posicionamento do sujeito, e até mesmo uma ressignificação subjetiva, pois, tanto a psicanálise quanto a política possibilitam, através da linguagem, o acesso a mudanças de ordem social e psíquica. Com isso,

podemos no curso deste desenvolvimento, apontar que: o mesmo conflito que está presente no Sujeito, tem a sua lógica de conflito e debate também na esfera da política. E lembremos que a política é feita por Sujeitos. Ou seja, os conflitos da política são geridos por Sujeitos que trazem consigo conflitos também da ordem da fala e da linguagem. (Calazans, 2008, p. 22)

4 O mal-estar no Estado: a análise da violência pelo discurso psicanalítico

Vemos por intermédio da trajetória da escrita deste artigo como as inscrições simbólicas derivadas das análises do mito da horda primeva, com especial concentração sobre o assassinato do Pai, nos inscrevem na cultura por meio da interdição do assassinato e do incesto. Observamos também como se introjeta a culpa por esse assassinato através da relação totêmica posterior e como a nova ordem criada pelos irmãos nos possibilita aproximações insuspeitas com a criação do Estado. Neste tópico, a necessidade de explicar a suspensão dos preceitos morais que embasam a regulamentação do convívio entre os homens se faz necessária para explicitar como a violência pode também ser um recurso do Estado, sobretudo em tempos de guerra.

Com o conceito de pulsão de morte, Freud (1920/1996c) introduz a inclinação natural do homem para a agressividade. E, como mencionado anteriormente, um ato violento (o assassinato do Pai primevo) foi o ato inaugural para a fundação da

nova ordem social dos irmãos. Mas a proibição da repetição desse ato assassínio, proibindo assim a heteroagressividade, transforma-a em autoagressividade. O homem em sociedade passa a reprimir a dinâmica pulsional ligada à agressividade para a manutenção do convívio com os outros homens. No entanto, não é apenas a pulsão de morte (*Anankê*) que pode ruir com o projeto civilizatório. O excesso da outra pulsão, a pulsão sexual (*Eros*), pode comprometer esse projeto através da falta de espaço para circular, perecendo por certa espécie de engessamento. Nesse caso, “os excessos libidinosos e os excessos destrutivos colocam permanentemente a cultura em xeque” (Figueiredo 1999, p. 32).

Contudo, em tempos de guerra, o Estado libera a prática da heteroagressividade para fins de preservação da sua soberania. A relação do Estado com a violência não se trata apenas de coibi-la, mas de usá-la também contra outras nações ou em intervenções pontuais dentro do seu próprio território, quando algo escapa da possibilidade do acordo amistoso e diplomático. Esse ponto opera um aspecto de dubiedade no que tratamos até agora em relação ao Estado como “a tutela simbólica dos homens”. Mas é prudente pensar que, ao fazer uso da violência, o Estado não libera o sujeito para dar livre curso aos seus instintos agressivos de forma disparatada e libertinosa. Mesmo em situações de guerra, há um acordo entre as partes no que diz respeito a prisioneiros, crimes de guerra, morte de crianças, morte de civis, etc. Em situações de conflito, o Estado estrutura essa agressividade através das suas estruturas militares. É justo pensar que até mesmo a disciplina rigorosa da instituição militar se deve à responsabilidade em tentar coibir o excesso dos instintos agressivos, colocando-os a serviço da soberania do Estado.

Cai por terra aqui toda a pretensão do ideal de uma sociedade plena justificada na ausência dos conflitos e na amabilidade entre os seus membros. Com a possibilidade de se colocar em combate e ter o direcionamento da agressividade dos seus membros voltada para outros homens, é justo pensar que a agressividade é o que une os homens muito mais que o amor. O uso dessa agressividade, por ser coibido no convívio em tempos pacíficos, vê-se destarte liberto das amarras éticas pautadas na regulamentação inibidora do Estado nos tempos de conflito. Pois, como afirma Freud (1915/1996b, p. 316), “nossa consciência não é o juiz inflexível que os professores de ética declaram, mas é, em sua origem, ‘ansiedade social’ e nada mais”.

Sobre os laços sociais que contemplam a vida em sociedade, Arendt (1961/2001) define o conceito de “poder” através de um paralelo com a violência, propondo que: “poder e violência geram posições políticas diversas, que dão maior ou menor consistência aos sistemas sociais e definem diferentes contratos

sociais” (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 405). Arendt (1961/2001) pensa a política associada ao conceito de liberdade. Para a filósofa alemã, não é possível manter qualquer vínculo político com práticas que sejam caracterizadas pela servidão. E essa é uma visão que interessa enormemente a clínica psicanalítica, porque a psicanálise não deve se situar fora do campo político onde acontecem os contratos e os laços sociais. Assim,

acreditamos que a psicanálise não deve situar-se fora do campo do político no qual contrato e laços sociais são estabelecidos. Na clínica psicanalítica o analista, a partir da relação transferencial, possibilita a relação de um trabalho conjunto e em sequência sob sua condução. Podemos ainda pensar como limites da relação analítica a violência nessa relação, a destruição da mesma quando tal relação não se estrutura para criar ou agir em conjunto e sim para afirmar a relação de um contra outro. (Kyrillos Neto & Moreira, 2009, p. 405)

Nessa análise do mal-estar presente no convívio social, vemos que, conforme nos elucida Arendt (1961/2001), a violência dita a impossibilidade da existência de um conceito basilar para se pensar a política, que é a linguagem. Como salienta Jean Pierre Vernant (1981, p. 35): “A arte política é essencialmente a arte do diálogo, exercício de linguagem”. Assim como a psicanálise, a política é necessariamente feita através da palavra. E onde existe linguagem, existe sujeito.

Na esteira do nosso raciocínio, devemos pensar em uma situação acionada pelo Estado que também versa sobre um uso de determinado *quantum* de violência e agressividade que é o Estado de exceção. Em linhas mais gerais, o Estado de exceção é acionado quando um país é invadido por outro ou quando algo ameaça a ordem constitucional e democrática, e também em casos de calamidade pública. Podemos definir o estado de exceção como algo que está,

diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (Agamben, 2004, p. 13)

Um exemplo de real similitude com a convocação de um estado de exceção, foi a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro, solicitada pelo governo brasileiro em fevereiro de 2018. Assim, a segurança pública do Rio sai da esfera

estadual e vai para a federal, com comando militar, até 31 de dezembro de 2018. Esse comando é feito por um representante do exército que responde diretamente ao presidente da república. Cabe aqui pensarmos a intervenção do exército em solo fluminense não como uma medida bem elaborada que revela preocupação do governo federal com os índices de criminalidade, mas como uma variante do estado de exceção convocada sobre uma arbitrariedade deveras estranha. Isso porque, outros estados, como o Acre e o Rio Grande do Norte, apresentam taxas de homicídio até mesmo mais elevadas que as do Rio de Janeiro. É sensato pensar então que,

entre os elementos que tornam difícil uma definição do estado de exceção, encontra-se, certamente, sua estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência. Dado que é o oposto do estado normal, a guerra civil se situa numa zona de indecidibilidade quanto ao estado de exceção, que é a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos. (Agamben, 2004, p. 13)

A psicanálise e a política, tendo em comum o aspecto da linguagem, nos permitem questionar: qual é a real necessidade de uma intervenção “violenta”, em lugares estrategicamente definidos como violentos? Nesse ponto no qual o aparato militar do Estado intervém com soldados que são treinados para abater os alvos com armas de grosso calibre, o mais lógico é esperar que a violência continue tal qual e, assim, ela passe a vigorar sob a tutela do Estado, direcionada a populações de grande risco que, em geral, já tem que lidar com situações tão perturbadoras quanto a guerra, como é o caso da pobreza. A psicanálise possibilita-nos elucidar essa tensão, proporcionando ao sujeito a reflexão sobre a necessidade da desalienação ao significante opressor imposto pelo mestre. Abre-se aqui uma possibilidade para que apareça o discurso do analista.

Considerações finais

Pensar a dimensão psíquica envolvida na política através da teoria psicanalítica, antes de qualquer coisa, é pensar em dois polos em que a linguagem se faz presente como via satisfatória para a minimização do mal-estar inerente ao convívio humano. Tanto a psicanálise quanto a política, no âmago das suas propostas, pensam sobre o sujeito a partir da liberdade e da alteridade que o Estado deve assegurar.

Como foi discutido neste artigo, o potencial medo inconsciente do retorno do Pai da horda primeva delega ao Estado a função de “tutela simbólica dos homens”, regulamentando o funcionamento das inscrições simbólicas do início da cultura

que buscam coibir o assassinato e o incesto. Não há nenhum ineditismo ou ato fundador do Estado em relação à cultura, apenas a manutenção dos tabus em forma de leis. Munindo-se de todo o seu aparato legislativo, executivo e judiciário, o Estado tem nas suas instituições uma extensão de temores inconscientes dos seus membros. Não só as instituições estatais estão nesse patamar de influência na subjetividade dos cidadãos, mas outras instituições como igrejas, Ong's e afins.

Esse aspecto aglutinador contido no poder das instituições mostra a necessidade dos coletivos de se organizarem de forma cada vez mais fragmentada, através dos mais variados graus de interesse, buscando, nos dizeres de Badiou (2008), ascender de um “singular” a um “universal”. Obviamente, essa estrutura permanente de estar sempre em algum tipo de associação com outros sujeitos nos remete a pensar o ato de violência do assassinato do Pai primevo, que pode ser interpretado como o primeiro ato político. A nova ordem social criada pelos irmãos após esse ato, para além de proibir o incesto e o assassinato, os levaram a um pacto que também garantiu a pluralidade, a alteridade e a liberdade, uma vez que estavam todos submetidos ao jugo do Pai da horda.

No atual Estado democrático, vemos, ainda, a sombra do temor inconsciente desse Pai pairando sobre a dinâmica psíquica dos cidadãos. Sombra esta que se projeta duplamente sobre esse sujeito, pois delega ao Estado a “tutela simbólica dos homens”, assegurando-se de que não haverá reinvestimento da onipotência dessa figura paterna assassinada. Mas também projeta na figura de um político (ou candidato) todos os poderes desse Pai morto, com a fantasia de que ele não será um dominador pois está também sob a regulamentação do Estado. O medo inconsciente da volta dessa representação paterna se refere, exclusivamente, a nossa inscrição na cultura e nas leis assimiladas para esse fim. A fantasia da projeção dos poderes desse Pai primevo na figura de um político se refere à dimensão política presente na regulamentação do Estado. A diferença entre ambas são os registros em que fantasia e medo operam: a primeira em relação ao Estado, a segunda em relação à cultura.

Mesmo a violência, a qual o Estado deveria nos proteger, pode ser usada pelo próprio governo para garantir a sua soberania. É clara a maneira como o que Agamben (2004) define como “estado de exceção” se transforma em uma possibilidade de intervenção pontual em qualquer situação que a cúpula do governo julgar “extrema”. A violência usada em tempos de guerra, que antes era introjetada, transformando-se em culpa, agora é dirigida ao mundo externo e direcionada pelo Estado. É uma situação de tensão colocada nos limites do próprio território, como é o caso da intervenção federal solicitada em fevereiro de 2018 pelo governo brasileiro. É um caso específico, assim como na guerra,

em que as soluções pela linguagem falharam. E como violência e o poder não são passíveis de serem pensados juntos, para garantir a soberania do Estado, o governo compromete a soberania de seu povo.

A teoria psicanalítica, em seu compromisso com o horizonte de debate proposto em cada época, configura-se como a possibilidade de transformar a opressão dos significantes impostos pelo mestre em um processo de desalienação. A psicanálise como perspectiva de se pensar a dimensão psíquica da política, para além de desaprovar qualquer prática ligada ao despotismo, detém, nos recursos epistemológicos que norteiam a sua clínica, o compromisso com uma prática cada vez mais libertadora!

The return of the father in democracy: psychoanalysis as a way of thinking the psychic dimension of politics

Abstract: In this article we will investigate how the murder of the father of the primeval horde makes possible the new social order established by the brothers, having as pillars the prohibition of murder and incest. This dead Father still hovers in the intricacies of the unconscious under a double fantasy. On the one hand, there is the fear that the omnipotent powers of this murdered Father will be reinvested in another figure or form of totalitarian state organization. On the other hand, there is the fantasy of investing the powers of this Priest Father in the figure of a politician, or candidate, under the assurance that the State will now restrain any attempt at despotism through its regulatory apparatus. We will also analyze how psychoanalysis and politics think about the structure of social life through the introjection of guilt. We will also show how the state makes use of aggressiveness, and whether this is a “political” attitude in the lawful sense of the term.

Keywords: Democracy. State. Primitive father. Policy. Psychoanalysis.

Referências

- Agamben, G (2004). *Estado de exceção: Homo sacer, II, I*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (2001). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961)
- Badiou, A. (2008). Oito teses sobre o universal. In *Ethica*, 15(2), 41-50.
- Calazans, R. (2008). Psicanálise e política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 17-30.
- Figueiredo, L. C. M. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.

- Freud, S. (1996a). Totem e tabu e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.13). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996b). A história do movimento psicanalítico. Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996c). Além do princípio do prazer e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996d). O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1931)
- Kyrillos Neto, F.; Moreira, J. O. (2009). Política e psicanálise: Conexões. *Psicologia Clínica*, 21(2), 397-414.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Rozitchner, L. (1989). *Freud e o problema do poder*. São Paulo: Escuta.
- Vernant, J. P. (1981). *Origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel.
- Zizék, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA
Revisão de português: Mayara Lemos

Recebido em: 14/03/2018

Aceito em: 04/06/2018

Cassiano Carlos Antônio de Oliveira
Avenida 12 de Dezembro, 120
35545-000 Perdigoão – MG – Brasil
E-mail: magodasbaquetas@hotmail.com